

## EDITORIAL

Este oitavo número da REVISTA DA PGFN conta com sete artigos de Procuradores da Fazenda Nacional e dois pareceres adotados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Nos artigos de Procuradores da Fazenda Nacional são abordados os seguintes temas relevantes: a) Possibilidade de compensação pecuniária pelo poder concedente na tradicional concessão de serviço público; b) Virada jurisprudencial sobre o papel do AGU nas ADIs; c) Regras de origem e preferências comerciais; d) Questões controvertidas sobre a constituição do crédito e a propositura da execução fiscal em face do espólio; e) Limites de cobrança da dívida ativa no âmbito da União Federal; f) Despesas educacionais e impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo e g) Aspectos relevantes da CIDE-Royalties segundo a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Divulga-se, nesta edição da REVISTA DA PGFN, dois importantes pareceres do órgão. O primeiro versa sobre a penhora de propriedade industrial e nome de domínio na internet. O segundo trata do recurso cabível contra decisão que nega seguimento a recurso excepcional, com aplicação equivocada de acórdão representativo de controvérsia, e, simultaneamente, inadmite o recurso interposto.

A publicação conta, ainda, como convidado, com a valiosa contribuição do Ministro Gilmar Ferreira Mendes do Supremo Tribunal Federal. O destacado membro da Suprema Corte subscreve artigo onde aborda a constitucionalidade da inclusão do montante do ICMS na composição da base de cálculo da COFINS.